

## **- CARTA ABERTA -**

### **OS DEZ TEMAS AMBIENTAIS PRIORITÁRIOS PARA A CPADA**

**Exma. Senhora Ministra do Ambiente e Energia  
Doutora Maria Graça Carvalho**

Com a tomada de posse do novo Governo foi V. Exa nomeada para a pasta ministerial do Ambiente e Energia. Mostrando sensibilidade, respeito e relevância pelo trabalho e função das organizações de ambiente que representam uma parcela importante da denominada sociedade civil, acolherá uma representação das mesmas, no próximo dia 6 de maio, o que agradecemos.

A CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, que apresenta desde já votos de que este possa ser um mandato profícuo no trabalho em prol da defesa do Ambiente, mostra-se atenta com os desafios que enfrentamos e com os objetivos nacionais e europeus a alcançar neste âmbito. A CPADA alerta para a necessidade fundamental de coordenar esforços na dinâmica desta caminhada e dar especial ênfase aos dez temas que consideramos prioritários trabalhar.

#### **1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Perante a iminência do colapso dos ecossistemas é com apreensão e discordância que vemos desaparecer da orgânica do Governo a pasta da Conservação da Natureza.

Apesar de Portugal possuir ainda bons índices de biodiversidade esta está em declínio e deve ser um motivo de preocupação. Alertamos para a necessidade de desenvolver ações para fomentar o uso de práticas Sustentáveis, seja na agricultura, indústria e outros sectores, promovendo a economia circular, a redução de emissões poluentes e o uso eficiente dos recursos. Deverá ser fomentando o restauro dos ecossistemas, permitindo que seja efetuado projetos de restauro ecológico e a recuperação de ecossistemas degradados. Manifestamos a necessidade de continuar a apostar na Educação Ambiental, sensibilizando o público e os respetivos decisores políticos sobre as questões ambientais.

Na Conservação da Biodiversidade há a necessidade de proteger e restaurar os habitats naturais para assegurar a sobrevivência das espécies, nomeadamente relativamente ao decréscimo de investimento em meios humanos e financeiros, e a falta de gestão e valorização da Rede Nacional de Áreas Protegidas e dos sítios da Rede Natura 2000 e a ausência de uma estratégia nacional de monitorização da biodiversidade e o abandono da aposta na carreira dos vigilantes da natureza.

De reforçar que as ONGA's desempenham um papel muito importante na boa aplicação dos recursos destinados à conservação da natureza, na sensibilização pública para garantir um futuro mais sustentável e que desempenham um papel fundamental no envolvimento das comunidades locais no desígnio da conservação da natureza.

#### **2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Os planos de ordenamento e os regulamentos específicos para as áreas da Rede Natura 2000 são fundamentais para garantir uma gestão eficaz, a conservação dos

habitats e espécies presentes nessas áreas classificadas. Esses planos e regulamentos, que não existem, deveriam abordar questões como o uso do solo, atividades humanas, monitorização e fiscalização, garantindo assim que as atividades realizadas dentro dessas áreas sejam compatíveis com os objetivos de conservação e, sobretudo, da sustentabilidade.

### **3. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PROTEÇÃO CIVIL**

Existe uma forte probabilidade de não serem cumpridas as metas do Acordo de Paris. É premente a aplicação das medidas definidas para a descarbonização, numa atuação local, regional, nacional e europeia orientada para a promoção dos equilíbrios indispensáveis à qualidade de vida ambiental, económica e social. Um caminho de reversão das alterações climáticas não pode ignorar a urgência de medidas de mitigação dos seus efeitos. Existem problemas estruturais muito relevantes a que se tem de acorrer, bem como relativamente à previsão e antecipação de eventos extremos, onde pontuam problemas organizativos, ordenamento do território, falta de capacitação dos profissionais, recursos materiais e articulação entre organismos no âmbito da proteção civil.

### **4. REDUÇÃO DAS EMISSÕES E MOBILIDADE**

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAA) estabelece os objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes sectores aos efeitos das alterações climáticas, onde se inclui os transportes.

A mobilidade tem sido responsável por 24,5% das emissões de GEE, pelo que a aposta na eletrificação e na ferrovia têm sido medidas apontadas como soluções. No entanto a eletrificação por si só não é solução para o problema de mobilidade das cidades e vilas de Portugal. Cerca de 45% das deslocações de carro são efetuadas até 10 km de distância. Se reduzirmos as distâncias das deslocações para 5 km, verificamos que mais de 55% da população o faz utilizando de carro. Estas duas distâncias podiam ser feitas de forma ativa (a pé ou de bicicleta) ou de transporte público.

Desta forma haveria menos carros na cidade, menos produção implica menos poluição e uma deslocação sustentável.

Para além da questão ambiental há a questão de saúde. Uma pessoa adulta deve efetuar 15 minutos diários de exercício físico. Se a deslocação for feita em modo ativo, já está a cumprir os mínimos recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Soma-se ainda o impacto no espaço público que os carros, elétricos ou a combustão, têm. Uma cidade não tem espaço para que toda a sua população possa possuir um carro, mesmo elétrico. E o espaço público não deve ser privatizado para o estacionamento de um bem privado que apenas prejudica as cidades e territórios. O custo de ocupação do espaço público vai muito além do custo de uma taxa que permite o estacionamento naquele local, é um custo económico e social que, inclusivamente, induz as pessoas a terem medo de utilizar outros modos de transporte.

### **5. LEI DE BASES DO CLIMA**

Portugal assumiu metas ambiciosas de redução das emissões antropogénicas dos poluentes comuns até ao ano de 2030. Estas devem ser metas conciliáveis com os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), mas sobretudo com as grandes opções para as infraestruturas de mobilidade – o investimento na ferrovia e na expansão da rede pública de transportes, designadamente em ferrovia, são prioritárias.

Não se conseguiu perceber o que na verdade se pretende abordar. As problemáticas dos incêndios devem tratar-se ao nível da prevenção, especialmente, no âmbito do ordenamento do território e da demografia. Se se pretende tratar a problemática do carbono, parece-nos que haverá que tratar a prevenção e o sequestro de forma articulada e global.

## **6. TURISMO E SUSTENTABILIDADE**

A ONU e a Comissão Europeia apontam para uma política de um turismo sustentável, que Portugal subscreveu, assumindo o compromisso de adequar este setor com as melhores práticas disponíveis, em diversas questões, como o uso adequado dos recursos naturais e ambientais, o respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais, potenciar a sustentabilidade económica das diferentes atividades turísticas, assegurar que estas atividades são economicamente viáveis a longo prazo, enquadrado no ENAAC. Se a aposta destas políticas de redução de emissões e mobilidade assenta na promoção da ferrovia, se a dimensão de Portugal coloca as outras infraestruturas aeroportuárias já existentes a uma distância reduzida de Lisboa, se o objetivo é apostar no turismo sustentável, porque tanta resistência em manter uma obra que está “desatualizada” face à tendência atual mundial em que as políticas apontam para soluções de limitar um número limitado de visitantes por dia, restringir o acesso a determinados locais ou promover outros destinos fora das grandes cidades para reduzir o *overturismo*. Esta mudança e reviravolta de paradigma no setor do turismo vem com um forte sentimento ecológico, que cada vez se sente e é mais forte.

## **7. AGRICULTURA**

A Agricultura em Portugal, desenvolve-se desde 1986, no quadro da Política Agrícola Comum e o Programa do Governo parece ignorar esta situação. Atualmente, cada estado membro da União Europeia, tem aprovado um Plano Estratégico para a Política Agrícola Comum (PEPAC), onde por base tem documentos estratégicos como: o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia da Quinta ao Prato, e a Estratégia da Biodiversidade. O PEPAC, é o plano que vai condicionar toda a nossa agricultura nos próximos anos. Tem objetivos, indicadores e metas. No Programa do Governo faltam medidas e metas que possam cumprir o que está acordado com a União Europeia. O objetivo essencial da agricultura é prover alimentos saudáveis e sustentáveis à população. Não há uma palavra sobre a Soberania Alimentar. A Agricultura Biológica (uma das metas do PEPAC) que ocupa 30% da superfície agrícola útil nacional, não merece uma palavra.

## **8. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

É prioritária a aplicação de um modelo adequado de gestão dos recursos hídricos, em especial da água potável. No nosso país, 41% da água potável é desperdiçada, existindo algumas regiões do país onde o desperdício chega a 81% e, cerca de 25% da água que passa nas condutas de abastecimento em Portugal é desperdiçada. Assim, não basta pensar no desperdício doméstico, industrial e agrícola, é também fulcral investir rapidamente em tecnologia e num plano global, a nível nacional, que reduza as perdas de água a mínimos, reduzindo também os custos financeiros das Entidades Públicas que gerem estes recursos e, consequentemente, reduzindo o custo para os consumidores.

É crucial que se discipline e reduza o acesso a poços e furos que exploram diretamente os lençóis freáticos e os põem em grave risco

O caminho deve ser feito de perto com a Administração Local, em particular, onde há bastante potencial de reaproveitamento de águas residuais.

## **9. RESÍDUOS, ECONOMIA VERDE E CIRCULAR**

A reforma deste setor é urgente, e as políticas públicas deverão passar pelo necessário investimento e organização do sector de forma a garantir uma gestão ampla e equilibrada dos resíduos perigosos e banais, bem como cumprir metas de redução, reaproveitamento e reciclagem. O foco deve estar na redução da produção, no incentivo à recolha seletiva diversa e de proximidade, sustentada por uma comunicação clara sobre as regras da separação e reciclagem.

É também premente publicitação de legislação importante – como o caso do diploma “ProSolos”.

A Economia Circular deve ser separada do que é a caracterização de “resíduos”. Este campo carece de incentivos aos processos de aumento do tempo de vida dos produtos ou de reintrodução dos resíduos nas cadeias de valor. Deve ser promovido o uso de todas as formas de matérias-primas secundárias, mesmo na energia, com a redução da produção de resíduos, que resultam na qualidade de vida das populações, na competitividade e a inovação.

## **10. MAR**

Os Oceanos têm um papel fundamental para absorver o dióxido de carbono libertado e o calor acumulado na atmosfera. Por outro lado, contribuem para a manutenção de uma riqueza de biodiversidade responsável pelo fornecimento de 50% do oxigénio.

Portugal possui privilegiada maior zona económica exclusiva da Europa, mas as suas políticas têm ignorado o facto e a oportunidade em nome não se sabe bem do quê. É preciso que Portugal valorize devidamente a sua ZEE

Dado que os Oceanos são, por si só, o equivalente a várias florestas “Amazónia”. A classificação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas até 2030 é por isso de extrema importância ambiental, económica e social, devendo ser disponibilizados os meios efetivos de fiscalização.

Confiantes que todos temos uma missão importante para os objetivos ambientais, que a participação da Sociedade Civil é fulcral, reforçamos a nossa disponibilidade em colaborar e participar na construção da qualidade ambiental em Portugal.

Lisboa, dia 02 de maio de 2024

Com os nossos cordiais cumprimentos

José Manuel Caetano  
Presidente do Executivo CPADA